

RELATÓRIO ANUAL 2020

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2020



SICOOB
Credioeste



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIOESTE LTDA. - SICOOB CREDIOESTE na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB CREDIOESTE completou 32 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB CREDIOESTE obteve um resultado de **R\$ 1.217.199,57** representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de **3,78%**.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram **R\$ 104.594.669,94**. Por sua vez a carteira de créditos representava **R\$ 109.233.031,83**.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	26.922.004,31	24,65%
Carteira Comercial	82.311.027,52	75,35%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de **20,85%** da carteira, no montante de **R\$ 22.776.075,65**.

4. Captação

As captações, no total de **R\$ 168.425.183,39**, apresentaram uma evolução de **51,70%** em relação a dezembro de 2019.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	87.738.925,77	52,09%
Depósitos a Prazo	78.224.990,41	46,44%
LCA	2.461.267,21	1,46%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de **22,37%** da captação, no montante de **R\$ 37.672.125,66**.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIOESTE era de **R\$ 28.934.056,99**. O quadro de associados era composto por 16.745 cooperados, havendo um acréscimo de **30,47%** em relação a dezembro de 2019.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIOESTE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de **88,29%** nos níveis de "AA" a "C".



7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na resolução 4606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIOESTE aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de



ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do SICOOB CREDIOESTE registrou 27 (vinte e sete) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 27 (vinte e sete) reclamações, 10 (dez) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Abaeté, 22 de fevereiro de 2021.

Aloísio Lucas Pereira
Presidente

Conselheiros Vogais:

Anselmo Sebastião
Botelho

Euler Wagner Ribeiro

Frederico Guilherme de
Sales do Amaral Militão

José Osvaldo da Costa

Ricardo José Teodoro

Rômulo Ferreira Álvares
da Silva

Diretoria Executiva:

Artur José de Andrade
Diretor de Gestão de Riscos

Sergio Henrique Teixeira
da Silva

Diretor de Negócios

Luiz Carlos Morato de
Oliveira

Diretor Administrativo

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em Reais

DESCRIÇÃO	Notas	31/12/20	31/12/19
ATIVO		229.394.544,54	166.688.119,88
CIRCULANTE		166.469.750,34	123.723.054,49
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	107.945.045,75	72.788.251,34
Disponibilidades		3.350.375,81	2.854.096,66
Centralização Financeira - Cooperativas		104.594.669,94	69.934.154,68
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	20,00	45,00
Correspondente no País		20,00	45,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	52.308.256,01	42.360.975,19
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		33.313.515,95	29.161.456,41
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(2.274.324,75)	(2.444.273,64)
Financiamentos		4.447.914,33	3.137.493,80
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(77.825,54)	(44.147,66)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		17.139.331,61	12.791.344,23
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(240.355,59)	(240.897,95)
OUTROS CRÉDITOS	7	732.627,44	569.994,73
Créditos por Avais e Fianças Honradas		332.392,91	284.173,88
Rendas a Receber		164.768,90	253.612,83
Diversos		531.321,10	238.887,22
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		747,75	7.452,95
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(296.603,22)	(214.132,15)
OUTROS VALORES E BENS	8	5.483.801,14	8.003.788,23
Outros Valores e Bens		5.310.437,04	7.835.397,38
Despesas Antecipadas		173.364,10	168.390,85

Não Circulante		62.924.794,20	42.965.065,39
Realizável a Longo Prazo		54.289.029,72	34.211.670,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	50.658.453,91	32.620.306,98
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		37.088.371,49	21.447.219,83
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(3.499.832,35)	(4.927.080,85)
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(103.850,88)	(60.748,99)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		9.782.672,70	10.400.552,98
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(70.132,80)	(78.021,88)
OUTROS CRÉDITOS	7	3.630.575,81	1.591.363,64
Diversos		2.236.701,70	-
Devedores por Depósitos em Garantia		1.403.801,07	1.591.363,64
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(9.926,96)	-
PERMANENTE		8.635.764,48	8.753.394,77
INVESTIMENTOS	9	5.904.017,80	5.674.480,85
Participação em Cooperativa Central de Crédito		5.801.807,11	5.572.270,16
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		102.210,69	102.210,69
IMOBILIZADO DE USO	10	2.731.590,28	3.078.125,12
Imobilizado de Uso		5.602.625,66	5.547.059,04
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(2.871.035,38)	(2.468.933,92)
INTANGÍVEL	11	156,40	788,80
Ativos Intangíveis		70.801,50	70.801,50
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(70.645,10)	(70.012,70)
TOTAL DO ATIVO		229.394.544,54	166.688.119,88

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em Reais

		197.152.671,10	137.506.356,42
PASSIVO			
Circulante		190.732.289,41	124.696.299,83
DEPÓSITOS	12	165.963.916,18	106.855.218,98
Depósitos à Vista		87.738.925,77	43.937.173,73
Depósitos Sob Aviso		122.627,08	119.373,29
Depósitos à Prazo		78.102.363,33	62.798.671,96
RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS	13	2.461.267,21	2.680.522,94
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		2.461.267,21	2.680.522,94
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	14	10.388.575,63	9.183.339,66
Repasse Interfinanceiros		10.388.560,61	9.182.516,23
Correspondente no País		15,02	823,43
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	15	6.874.143,47	2.614.563,03
Recursos em Trânsito de Terceiros		6.874.143,47	2.614.563,03
OUTRAS OBRIGAÇÕES	16	5.044.386,92	3.362.655,22
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		885,33	23.425,28
Sociais e Estatutárias		1.472.738,87	458.760,36
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		654.782,03	474.679,37

Diversas		2.915.980,69	2.405.790,21
Não Circulante		6.420.381,69	12.810.056,59
RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS	13	-	1.491.152,02
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		-	1.491.152,02
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	14	4.110.556,34	8.492.453,31
Repasse Interfinanceiros		4.110.556,34	8.492.453,31
OUTRAS OBRIGAÇÕES	16	2.309.825,35	2.826.451,26
PROVISÕES TRABALHISTAS, FICAIS E CÍVEIS		2.007.990,55	1.865.234,51
DIVERSAS		301.834,80	961.216,75
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		32.241.873,44	29.181.763,46
CAPITAL SOCIAL	18	15.976.728,70	16.200.522,17
DE DOMICILIADOS NO PAÍS		16.081.978,36	16.265.240,64
(-) CAPITAL A REALIZAR		(105.249,66)	(64.718,47)
RESERVA DE SOBRAS		15.269.879,02	12.371.151,98
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		995.265,72	610.089,31
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		229.394.544,54	166.688.119,88

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em dezembro de 2020 e de 2019

DESCRIÇÃO	NOTAS	Em Reais			
		2º Sem 2020	31/12/2020	2º sem. 2019	31/12/2019
INGRESSO/RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		10.678.112,89	19.846.939,90	11.127.488,59	20.757.985,45
Operações de Crédito	6.h	9.725.045,99	17.580.220,01	9.240.231,15	16.951.046,81
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		110,00	110,00	-	-
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		952.956,90	2.266.609,89	1.887.257,44	3.806.938,64
DISPÊNDIO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.444.934,84)	(7.296.357,77)	(4.562.488,43)	(9.278.443,90)
Operações de Captação no Mercado	12.a	(866.598,16)	(2.116.454,70)	(1.835.845,27)	(3.680.238,07)
Operações de Empréstimos e Repasses	14.a	(468.997,27)	(1.026.514,45)	(662.078,56)	(1.385.151,89)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(2.109.339,41)	(4.153.388,62)	(2.064.564,60)	(4.213.053,94)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.233.178,05	12.550.582,13	6.565.000,16	11.479.541,55
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS (DISPÊNDIOS/ DESPESAS) OPERACIONAIS		(3.575.165,93)	(7.774.072,06)	(4.344.825,93)	(9.446.642,51)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		3.703.634,23	6.843.826,12	2.931.854,22	5.459.583,70
Rendas (Ingressos) de Tarifas		1.845.988,43	3.607.177,50	1.819.054,90	3.501.753,47
Despesa (Dispêndios) de Pessoal		(4.882.779,61)	(9.837.341,94)	(4.511.299,80)	(9.124.449,08)
Despesas (Dispêndios) Administrativas		(4.468.063,65)	(9.147.722,54)	(4.832.285,51)	(9.327.715,94)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(224.281,75)	(407.686,40)	(172.592,57)	(313.427,63)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	21	1.713.668,36	3.083.707,13	1.233.398,78	2.366.016,97
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	22	(584.301,55)	(1.023.073,89)	(519.929,69)	(921.783,96)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		(415.865,26)	(451.603,42)	(86.346,80)	(136.054,56)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(263.165,13)	(441.354,62)	(206.679,46)	(950.565,48)
RESULTADO OPERACIONAL		3.658.012,12	4.776.510,07	2.220.174,23	2.032.899,04
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	23	38.955,02	(64.049,74)	(130.551,73)	(198.371,19)
Lucros em Transações com Valores e Bens		104.813,11	109.813,11	-	-
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	(110.000,00)	(5.579,49)	(11.939,49)
Outras Receitas		118.362,54	183.125,16	19.598,09	36.899,79

Outras Despesas	(172.063,65)	(234.831,03)	(144.570,33)	(223.331,49)
Outras Despesas/Receitas de Provisões	(12.156,98)	(12.156,98)	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	3.696.967,14	4.712.460,33	2.089.622,50	1.834.527,85
Imposto de Rendas	(220.760,58)	(314.880,13)	(116.071,41)	(183.178,57)
Contribuição Social	(130.351,44)	(194.583,47)	(78.173,05)	(126.125,99)
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES	3.345.855,12	4.202.996,73	1.895.378,04	1.525.223,29
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	-	(2.985.797,16)	-	(915.133,98)
FATES	-	(398.106,29)	-	(152.522,33)
Reserva Legal	-	(2.388.637,73)	-	(762.611,65)
Outras Destinações Estatutárias	-	(199.053,14)	-	-
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL	3.345.855,12	1.217.199,57	1.895.378,04	610.089,31
Juros ao Capital	(136.914,69)	(221.933,85)	-	-
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS	3.208.940,43	995.265,72	1.895.378,04	610.089,31

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Demonstrações de resultado abrangente para os exercícios findos em dezembro de 2020 e de 2019

DRA	NOTAS	2º Sem 2020	31/12/2020	2º sem. 2019	31/12/2019
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS		3.345.855,12	1.217.199,57	1.895.378,04	610.089,31
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		3.345.855,12	1.217.199,57	1.895.378,04	610.089,31

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em dezembro de 2020 e de 2019

Em Reais

DESCRIÇÃO	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º sem. 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		3.345.855,12	4.202.996,73	1.895.378,04	1.525.223,29
Juros ao Capital Recebido		(154.544,99)	(154.544,99)	(189.147,81)	(189.147,81)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(188.768,30)	-	(162.094,11)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		2.109.339,41	4.153.388,62	2.064.564,60	4.213.053,94
Provisão de Juros ao Capital		(136.914,69)	(221.933,85)	-	-
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		263.165,13	441.354,62	206.679,46	950.565,48
Destinações de Sobras		(100.000,00)	(100.000,00)	-	-
Outros Fundos		(199.053,14)	(199.053,14)		
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens		(12.156,98)	(12.156,98)	-	-
Provisão/Reversão com Passivos Contingentes		386.080,30	421.818,46	86.346,80	136.054,56
Atualização de Depósitos em Garantia		(6.885,62)	(16.633,44)	(34.639,85)	(34.639,85)
(Ganho)/Perdas por Baixas de Imobilizado		2.731,49	3.459,98	1.769,84	2.165,32
Depreciações e Amortizações		211.060,37	424.711,08	214.715,31	429.459,10
SOBRAS/PERDAS AJUSTADAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		5.708.676,40	8.754.638,79	4.245.666,39	6.870.639,92
AUMENTO (REDUÇÃO) EM ATIVOS OPERACIONAIS					
Relações Interfinanceiras		38.836,53	25,00	27.993,31	(45,00)
Operações de Crédito		(20.996.834,03)	(32.138.816,37)	(3.562.501,18)	(7.974.971,07)
Outros Créditos		194.897,61	(2.185.211,44)	83.206,21	(227.249,91)
Outros Valores e Bens		413.576,30	2.532.144,07	(2.082.594,17)	(3.469.817,12)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS					
Depósitos à Vista		20.615.059,34	43.801.752,04	4.179.070,09	11.670.761,14
Depósitos sob Aviso		1.180,95	3.253,79	2.701,30	6.126,63

Depósitos à Prazo	7.604.807,47	15.303.691,37	1.647.985,44	4.189.383,49
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	(843.564,39)	(1.710.407,75)	762.784,53	1.884.209,58
Relações Interdependências	6.734.619,80	4.259.580,44	2.021.809,10	(351.892,07)
Relações Interfinanceiras	(2.528.648,80)	(3.176.661,00)	(4.418.799,05)	(3.264.650,63)
Outras Obrigações	186.043,04	965.941,30	(260.966,62)	(89.596,34)
FATES Sobras Exercício	(398.106,29)	(398.106,29)	(152.522,33)	(152.522,33)
Imposto de Renda	(220.760,58)	(314.880,13)	(116.071,41)	(183.178,57)
Contribuição Social	(130.351,44)	(194.583,47)	(78.173,05)	(126.125,99)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.379.431,91	35.502.360,35	2.299.588,56	8.781.071,73
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Recebimento Dividendos	-	18.064,59	-	36.799,79
Distribuição Sobras da Central	-	170.703,71	-	125.294,32
Alienação de Imobilizações de Uso	968,64	968,64	11.150,47	11.150,47
Aquisição de Imobilizado de Uso	(33.740,75)	(81.972,46)	(129.040,38)	(184.272,28)
Aquisição de investimentos	(154.544,99)	(229.536,95)	(189.147,81)	(310.248,54)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(187.317,10)	(121.772,47)	(307.037,72)	(321.276,24)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Aumento por Novos Aportes de Capital	745.611,07	1.022.871,61	257.850,39	610.687,85
Devolução de Capital à Cooperados	(1.281.299,24)	(1.454.274,47)	(501.609,66)	(888.648,20)
Estorno de Capital	(3.000,00)	(3.500,00)	-	(1.520,00)
Juros ao Capital Líquido de IRRF	211.109,39	211.109,39	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	(327.578,78)	(223.793,47)	(243.759,27)	(279.480,35)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.864.536,03	35.156.794,41	1.748.791,57	8.180.315,14
MODIFICAÇÕES EM DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA LÍQUIDAS				
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	92.080.509,72	72.788.251,34	71.039.459,77	64.607.936,20
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	107.945.045,75	107.945.045,75	72.788.251,34	72.788.251,34
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.864.536,03	35.156.794,41	1.748.791,57	8.180.315,14

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em dezembro de 2020 e de 2019

EVENTOS	Notas	Capital		Reservas de sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal		
Saldo em 31/12/2018		16.589.327,45	(109.324,93)	12.589.561,50	(981.021,17)	28.088.542,85
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		566.081,39	44.606,46	-	-	610.687,85
Por Devolução (-)		(888.648,20)	-	-	-	(888.648,20)
Estorno de Capital		(1.520,00)	-	-	-	(1.520,00)
Reversões de Reservas		-	-	(981.021,17)	981.021,17	-
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	1.525.223,29	1.525.223,29
Destinação das Sobras aos fundos		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	762.611,65	(762.611,65)	-
F A T E S		-	-	-	(152.522,33)	(152.522,33)
Saldo em 31/12/2019		16.265.240,64	(64.718,47)	12.371.151,98	610.089,31	29.181.763,46
Destinações de Sobras		-	-	-	-	-
Outras Destinações		-	-	-	(100.000,00)	(100.000,00)
Constituição de Reservas		-	-	510.089,31	(510.089,31)	-
Por Subscrição/Realização		1.063.402,80	(40.531,19)	-	-	1.022.871,61
Por Devolução (-)		(1.454.274,47)	-	-	-	(1.454.274,47)
Estorno de Capital		(3.500,00)	-	-	-	(3.500,00)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	4.202.996,73	4.202.996,73
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(221.933,85)	(221.933,85)
Juros ao Capital		211.263,28	-	-	-	211.263,28
IRRF sobre Juros ao Capital		(153,89)	-	-	-	(153,89)
Destinação das Sobras aos fundos		-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	2.388.637,73	(2.388.637,73)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	(199.053,14)	(199.053,14)
F A T E S		-	-	-	(398.106,29)	(398.106,29)
Saldo em 31/12/2020		16.081.978,36	(105.249,66)	15.269.879,02	995.265,72	32.241.873,44

Saldo em 30/06/2019	16.522.939,11	(78.657,67)	11.608.540,33	(370.154,75)	27.682.667,02
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	243.911,19	13.939,20	-	-	257.850,39
Por Devolução (-)	(501.609,66)	-	-	-	(501.609,66)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	1.895.378,04	1.895.378,04
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	762.611,65	(762.611,65)	-
F A T E S	-	-	-	(152.522,33)	(152.522,33)
Saldo em 31/12/2019	16.265.240,64	(64.718,47)	12.371.151,98	610.089,31	29.181.763,46
Saldo em 30/06/2020	16.346.462,23	(42.154,75)	12.371.151,98	1.382.211,76	30.057.671,22
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-
Outras Destinações	-	-	-	(100.000,00)	(100.000,00)
Constituição de Reservas	-	-	510.089,31	(510.089,31)	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	808.705,98	(63.094,91)	-	-	745.611,07
Por Devolução (-)	(1.281.299,24)	-	-	-	(1.281.299,24)
Estorno de Capital	(3.000,00)	-	-	-	(3.000,00)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	3.345.855,12	3.345.855,12
Remuneração de Juros ao	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(136.914,69)	(136.914,69)
Juros ao Capital	211.263,28	-	-	-	211.263,28
IRRF sobre Juros ao Capital	(153,89)	-	-	-	(153,89)
Destinação das Sobras aos	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	2.388.637,73	(2.388.637,73)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	(199.053,14)	(199.053,14)
F A T E S	-	-	-	(398.106,29)	(398.106,29)
Saldo em 31/12/2020	16.081.978,36	(105.249,66)	15.269.879,02	995.265,72	32.241.873,44

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIOESTE LTDA. - SICOOB CREDIOESTE CNPJ - 25.420.696/0001-36

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa De Crédito Credioeste Ltda. - Sicoob Credioeste é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 09/05/1988, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – Sicoob Central Crediminas e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Em 2020, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária pelos associados, houve alteração da denominação social da Cooperativa de Crédito Credioeste Ltda – Sicoob Credioeste que até então era denominada Cooperativa de Crédito do Oeste Mineiro e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. - Sicoob Credioeste.

O Sicoob Credioeste, sediada à Rua Getúlio Vargas, nº 293, Centro, Abaeté/MG, possui 9 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Contagem - MG, Belo Horizonte - MG, Paineiras - MG, Quartel Geral - MG, Cedro Do Abaeté - MG, Biquinhas – MG e um na Matriz em Abaeté-MG.

O Sicoob Credioeste tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Oferecer formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva e o Conselho de Administração em 22/02/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 - MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÃO

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) No Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade;
- ii) Na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período;
- iii) Divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e
- iv) Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

A Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020, entra em vigor em 1º de janeiro de 2022 e estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior,



inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 - CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS E EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 “NOVO CORONAVÍRUS”

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

O Sicoob Credioeste, em conjunto com seus associados e colaboradores, vem seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde para evitar a propagação do Novo Coronavírus, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão:

Em 16/03/2020 a Diretoria de Gestão de Riscos do Sicoob Credioeste convocou o Comitê de Gestão de Crises, com foco em ações na prevenção ao Covid-19, o qual vem realizando desde então o monitoramento da situação da doença, atualizando as informações sobre os possíveis cenários futuros e estabelecendo ações internas além de orientações relacionadas à pandemia para aplicação sistêmica. Este Comitê permanecerá atuando fortemente, alocando seus esforços até que os riscos sejam avaliados como aceitáveis ou mitigados.



Foi instituído o Plano de Contingência Operacional (PCO) de Pandemia Coronavirus (COVID-19) o qual descreve, os procedimentos a serem seguidos pelo Sicoob Credioeste, além de fornecer informações adicionais para a manutenção de um ambiente institucional seguro e medidas emergenciais no contexto da identificação de casos suspeitos e/ou confirmados do Coronavirus (COVID-19), bem como evitar mecanismos de manutenção das atividades operacionais, assegurando a continuidade dos negócios da entidade.

O referido documento foi baseado em instruções do Ministério da Saúde (MS) e integra informações adicionais sobre boas práticas para a prevenção de contaminação e disseminação do COVID-19. Vale destacar que os procedimentos, orientações e sugestões propostos no Plano, foram atualizados, a fim de enquadrar as ações conforme atualização dispostas pelo MS, órgãos governamentais e diretrizes sistêmicas.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.



e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Central Crediminas e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.





k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

m) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

s) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

u) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.



4 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades - Caixa e depósitos bancários	3.350.375,81	2.854.096,66
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	104.594.669,94	69.934.154,68
TOTAL	107.945.045,75	72.788.251,34

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao Sicoob Central Crediminas, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R\$ 2.266.609,89e R\$ 3.806.938,64.

5 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Correspondentes	20,00	45,00
TOTAL	20,00	45,00

6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

MODALIDADE	31/12/2020			31/12/2019
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	TOTAL
Adiantamento a Depositante	66.025,21	-	66.025,21	83.802,92
Cheque Especial / Conta Garantida	5.024.731,87	-	5.024.731,87	7.058.164,16
Empréstimos	25.836.651,88	37.088.371,49	62.925.023,37	38.153.665,31
Financiamentos	4.447.914,33	7.461.225,75	11.909.140,08	8.975.879,69
Títulos Descontados	2.386.106,99	-	2.386.106,99	5.313.043,85
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	17.139.331,61	9.782.672,70	26.922.004,31	23.191.897,21
(-) Provisão para Perda com Op. de Crédito	(2.592.505,88)	(3.673.816,03)	(6.266.321,91)	(7.795.170,97)
TOTAL	52.308.256,01	50.658.453,91	102.966.709,92	74.981.282,17

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

NÍVEL/PERCENTUAL DE RISCO/SITUAÇÃO	TOTAL EM 31/12/2020	PROVISÕES 31/12/2020	TOTAL EM 31/12/2019	PROVISÕES 31/12/2019
AA - Normal	6.365.207,69	-	4.094.094,24	-
A 0,50% - Normal	47.955.193,77	(239.775,99)	30.321.783,65	(151.608,94)
B 1% - Normal	25.581.451,88	(255.814,54)	15.063.153,95	(150.631,56)
B 1% - Vencidas	21.451,23	(214,51)	180.044,77	(1.800,45)
C 3% - Normal	16.201.686,89	(486.050,63)	16.652.547,72	(499.576,49)
C 3% - Vencidas	316.991,96	(9.509,76)	170.818,73	(5.124,56)
D 10% - Normal	3.408.272,05	(340.827,23)	6.764.067,15	(676.406,80)
D 10% - Vencidas	338.531,06	(33.853,11)	130.961,82	(13.096,18)
E 30% - Normal	2.259.156,57	(677.747,02)	3.107.745,95	(932.323,90)
E 30% - Vencidas	189.297,03	(56.789,11)	207.488,40	(62.246,53)
F 50% - Normal	3.435.742,90	(1.717.871,57)	410.034,73	(205.017,39)
F 50% - Vencidas	1.254.140,17	(627.070,13)	1.015.272,00	(507.636,06)
G 70% - Normal	102.970,68	(72.079,48)	5.927,03	(4.148,92)
G 70% - Vencidas	180.730,42	(126.511,30)	223.199,42	(156.239,61)
H 100% - Normal	1.107.103,35	(1.107.103,35)	3.203.691,81	(3.203.691,81)
H 100% - Vencidas	515.104,18	(515.104,18)	1.225.621,77	(1.225.621,77)
Total Normal	106.416.785,78	(4.897.269,81)	79.623.046,23	(5.823.405,80)
Total Vencido	2.816.246,05	(1.369.052,10)	3.153.406,91	(1.971.765,17)
Total Geral	109.233.031,83	(6.266.321,91)	82.776.453,14	(7.795.170,97)
Provisões	(6.266.321,91)	-	(7.795.170,97)	-
Total Líquido	102.966.709,92	-	74.981.282,17	-





c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

DESCRIÇÃO	SEM VENCIMENTO	ATÉ 90	DE 91 A 365	ACIMA DE 365	TOTAL
Empréstimos	-	6.023.248,79	19.813.403,09	37.088.371,49	62.925.023,37
Títulos Descontados	-	2.305.197,00	80.909,99	-	2.386.106,99
Financiamentos	-	1.289.035,88	3.158.878,45	7.461.225,75	11.909.140,08
Financiamentos Rurais	-	2.748.991,14	14.390.340,47	9.782.672,70	26.922.004,31
Adiantamento a Depositantes	66.025,21	-	-	-	66.025,21
Cheque Especial / Conta Garantida	5.024.731,87	-	-	-	5.024.731,87
TOTAL	5.090.757,08	12.366.472,81	37.443.532,00	54.332.269,94	109.233.031,83

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS/TD	FINANCIAMENTO	FINANCIAMENTO RURAIS	31/12/20	% DA CARTEIRA
Setor Privado - Comércio	7.820.599,80	1.306.147,51	-	9.126.747,31	8%
Setor Privado - Indústria	230.393,55	-	-	230.393,55	0%
Setor Privado - Serviços	40.745.238,08	4.414.059,97	-	45.159.298,05	41%
Pessoa Física	21.534.837,61	6.001.525,24	26.922.004,31	54.458.367,16	50%
Outros	70.818,40	187.407,36	-	258.225,76	0%
TOTAL	70.401.887,44	11.909.140,08	26.922.004,31	109.233.031,83	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	7.795.170,97	5.507.406,65
Constituições/Reversões no período	(1.002.349,83)	4.787.644,95
Transferência para Prejuízo no período	(526.499,23)	(2.499.880,63)
TOTAL	6.266.321,91	7.795.170,97



f) Concentração dos Principais Devedores:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2019	% CARTEIRA TOTAL
Maior Devedor	2.357.324,48	2,11%	3.687.959,08	4,45%
10 Maiores Devedores	15.391.009,21	13,76%	15.133.472,34	18,27%
50 Maiores Devedores	35.438.977,38	31,64%	32.478.609,25	39,22%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	6.566.770,57	5.696.217,03
Valor das operações transferidas no período	526.499,23	2.499.880,63
Valor das operações recuperadas no período	1.150.205,59	(1.580.873,13)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-	(48.453,96)
TOTAL	8.243.475,39	6.566.770,57

h) Receitas de Operações de Crédito:

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2020	31/12/2020	2º SEM. 2019	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a depositantes	80.951,67	199.599,96	120.895,45	232.651,94
Rendas de Empréstimos	5.336.737,66	10.691.173,46	6.066.731,88	11.167.359,84
Rendas de Títulos Descontados	309.216,09	873.209,75	671.248,63	1.265.442,92
Rendas de Financiamentos	707.960,17	1.361.526,86	618.787,54	1.080.375,96
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Livres	446.125,60	901.937,62	370.987,35	657.378,92
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados à Vista	357.969,35	730.847,34	282.208,89	593.493,40
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados da Poup. Rural	79.057,03	148.101,77	328.424,48	734.421,97
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.405.873,40	2.672.353,40	780.549,69	1.217.671,90
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	1.155,02	1.469,85	397,24	2.249,96
TOTAL	9.725.045,99	17.580.220,01	9.240.231,15	16.951.046,81

7 - OUTROS CRÉDITOS

Referem-se às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
Créditos por Avais e Fianças Honrados	332.392,91	-	284.173,88	-
Rendas a Receber	164.768,90	-	253.612,83	-
Rendas da Centralização Financeira - Cooperativa Central	162.609,47	-	253.612,83	-
Outras Rendas a Receber	2.159,43	-	-	-
Diversos	531.321,10	2.236.701,70	238.887,22	-
Valores a Receber pela Venda de Bens	323.069,32	2.236.701,70	-	-
Adiantamentos	26.609,31	-	6.447,85	-
Títulos e Créditos a Receber	118.540,95	-	102.581,97	-
Diversos	63.101,52	-	129.857,40	-
Depósitos em Garantia	-	1.403.801,07	-	1.591.363,64
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	747,75	-	7.452,95	-
(-) Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(296.603,22)	(9.926,96)	(214.132,15)	-
TOTAL	732.627,44	3.630.575,81	569.994,73	1.591.363,64





- a) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados Valores a Receber - Tarifas (R\$118.540,95);
- b) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$6.777,21), Plano de Saude a Receber (R\$54.868,02) e outros (R\$1.456,29);
- c) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Pis - Depósito Judicial (R\$126.671,12), Cofins - Depósito Judicial (R\$709.539,31), Pis Folha - Depósito Judicial (R\$528.591,95), para Interposição de Recursos Trabalhistas (R\$38.998,69);
- d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

NÍVEL/ PERCENTUAL DE RISCO	AVAIS E FIANÇAS HONRADOS	OUTROS CRÉDITOS	TOTAL EM 31/12/2020	PROVISÕES 31/12/2020	TOTAL EM 31/12/2019	PROVISÕES 31/12/2019
AA	-	289.003,13	289.003,13	-	-	-
A	0,5%	2.270.767,89	2.270.767,89	(11.353,84)	-	-
E	30%	39.216,75	39.216,75	(11.765,03)	80.602,42	(24.180,76)
F	50%	7.470,81	7.470,81	(3.735,42)	18.324,52	(9.162,28)
G	70%	20.098,30	20.098,30	(14.068,84)	14.859,44	(10.401,61)
H	100%	265.607,05	265.607,05	(265.607,05)	170.387,50	(170.387,50)
Total Geral	332.392,91	2.559.771,02	2.892.163,93	(306.530,18)	284.173,88	(214.132,15)
Provisões	(295.176,34)	(11.353,84)	(306.530,18)		(214.132,15)	
Total Líquido	37.216,57	2.548.417,18	2.585.633,75		70.041,73	

8 - OUTROS VALORES E BENS

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio	5.310.437,04	7.835.397,38
Despesas Antecipadas	173.364,10	168.390,85
TOTAL	5.483.801,14	8.003.788,23

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 5.310.437,04, referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 173.364,10, referentes a Prêmios de Seguros (R\$20.246,34), Processamento de Dados (R\$35.017,14), Vale Refeição e Alimentação (R\$95.317,05) e outros (R\$22.783,57).

9 - INVESTIMENTOS

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do Sicoob Central Crediminas e ações do Bancoob, conforme demonstrado:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.	5.801.807,11	5.572.270,16
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob	102.210,69	102.210,69
TOTAL	5.904.017,80	5.674.480,85

10 - IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	TAXA DE DEPRECIÇÃO A.A	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos	-	68.527,67	68.527,67
Edificações	4%	1.295.163,83	1.295.163,83
Imobilizações em Curso (a)	-	15.056,70	15.056,70
Instalações	10%	1.308.074,60	1.312.043,80
Móveis e Equipamentos	10%	1.245.396,86	1.223.576,58
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	1.228.038,01	1.197.282,19
Equipamentos de Comunicação e de Segurança	10%	413.067,99	408.908,27
Veículos	20%	26.500,00	26.500,00
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	ATÉ 10%	2.800,00	-
TOTAL		5.602.625,66	5.547.059,04
(-) Depreciações Acumuladas do Imobilizado		(2.871.035,38)	(2.468.933,92)
TOTAL		2.731.590,28	3.078.125,12

- a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.



11 - INTANGÍVEL

São demonstrados pelos custos de aquisição, menos a amortização acumulada. Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, as aplicações em Ativos Intangíveis estavam assim compostas:

DESCRIÇÃO	TAXA DE AMORTIZAÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Sistemas de Processamento de Dados	Até 20% A.A.	70.091,50	70.091,50
Marcas	Até 20% A.A.	-	710,00
Patentes	Até 20% A.A.	710,00	-
TOTAL		70.801,50	70.801,50
(-) Amortizações Acumuladas do Intangível		(70.645,10)	(70.012,70)
TOTAL		156,40	788,80

12 - DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remu-

neratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
	CURTO PRAZO	CURTO PRAZO
Depósitos à Vista	87.738.925,77	43.937.173,73
Depósitos à Prazo	78.102.363,33	62.798.671,96
Depósitos Sob Aviso	122.627,08	119.373,29
TOTAL	165.963.916,18	106.855.218,98

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Concentração dos principais depositantes:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2019	% CARTEIRA TOTAL
Maior Depositante	6.837.991,22	3,91%	4.184.513,18	3,70%
10 Maiores Depositantes	26.794.264,72	15,34%	16.401.202,27	14,50%
50 Maiores Depositantes	55.847.207,37	31,98%	35.107.602,58	31,03%



a) Despesas com operações de captação de mercado

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2020	31/12/2020	2º SEM. 2019	31/12/2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.180,95)	(3.253,79)	(3.211,36)	(6.636,69)
Despesas de Depósitos à Prazo	(724.546,13)	(1.821.082,37)	(1.657.128,40)	(3.343.270,06)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(23.635,32)	(84.617,09)	(95.179,01)	(177.146,21)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor	(117.235,76)	(207.501,45)	(80.326,50)	(153.185,11)
TOTAL	(866.598,16)	(2.116.454,70)	(1.835.845,27)	(3.680.238,07)

13 - RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

DESCRIÇÃO	31/12/2020		31/12/2019	
	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2.461.267,21	-	2.680.522,94	1.491.152,02
TOTAL	2.461.267,21	-	2.680.522,94	1.491.152,02



14 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS / OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

INSTITUIÇÕES	TAXA	VENCIMENTO	31/12/2020		31/12/2019	
			CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
Bancoob - Relações Interfinanceiras	De 2,75% até 8,50% a.a.	Até 06/2030	10.388.560,61	4.110.556,34	9.182.516,23	8.492.453,31
TOTAL			10.388.560,61	4.110.556,34	9.182.516,23	8.492.453,31

a) Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

INSTITUIÇÕES	2º SEM. 2020	31/12/2020	2º SEM. 2019	31/12/2019
Bancoob	(468.997,27)	(1.026.514,45)	(662.078,56)	(1.385.151,89)
TOTAL	(468.997,27)	(1.026.514,45)	(662.078,56)	(1.385.151,89)

15 - RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Ordens de Pagamento	6.837.991,22	2.571.948,96
Concessionários de Serviços Públicos	35.917,10	42.456,07
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	235,15	158,00
TOTAL	6.874.143,47	2.614.563,03



16 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	885,33	-	23.425,28	-
Sociais e Estatutárias	1.472.738,87	-	458.760,36	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	654.782,03	-	474.679,37	-
Diversas	2.915.980,69	301.834,80	2.405.790,21	961.216,75
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	-	2.007.990,55	-	1.865.234,51
TOTAL	5.044.386,92	2.309.825,35	3.362.655,22	2.826.451,26

16.1 - SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educ. e Social (a)	478.844,50	152.522,33
Cotas de Capital a pagar (b)	694.841,23	306.238,03
Fundos Voluntários (c)	299.053,14	-
TOTAL	1.472.738,87	458.760,36

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

(c) Refere-se a Fundo Voluntário constituído pelas sobras líquidas apuradas no exercício de 2019, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária na data 31 de julho de 2020 tendo como finalidade à cobertura de despesas ou perdas sem cobertura de seguro, danos materiais, prejuízos por fraudes, furtos ou roubos nas dependências da cooperativa, indenizações cíveis ou trabalhistas e condenações judiciais.

16.2 - OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

As obrigações fiscais correntes e diferidas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (a)	210.372,51	96.486,47
Impostos e Contribuições a Recolher (b)	444.409,52	378.192,90
TOTAL	654.782,03	474.679,37

(a) Refere-se a provisões IRPJ e CSLL, do 4º trimestre de 2020 sobre atos não cooperativos;

(b) Refere-se a tributos sobre folha de pagamento (FGTS, IRRF, INSS), retidos de terceiros (IRRF, INSS e ISSQN) e Provisão PIS Folha de pagamento.

16.3 - DIVERSAS

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
Despesas de Pessoal	978.803,08	-	926.793,25	-
Outras Despesas Administrativas	290.035,54	-	264.026,77	-
Cheques Descontados	10.078,36	-	62.411,49	-
Provisões para Garantias Prestadas	297.926,75	301.834,80	253.121,02	961.216,75
Convênios de Folha de Pagamento de Terceiros	756.989,22	-	755.559,41	-
Rateio de Despesas da Cooperativa Central	48.615,03	-	53.976,73	-
Credores Diversos - País	533.532,71	-	89.901,54	-
TOTAL	2.915.980,69	301.834,80	2.405.790,21	961.216,75

a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Água/Energia/Gas (R\$11.173,24), Aluguéis (R\$41.137,93), Comunicações (R\$5.959,42), Segurança e Vigilância (R\$40.697,09), Manutenção e Conservação de Bens (R\$6.954,97), Transporte (R\$22.028,13), Seguro (R\$6.369,22), Plano de Saúde (R\$34.681,29), Seguro Prestamista (R\$78.490,23) e outros (R\$42.544,02);



(b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2020;

(c) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

NÍVEL/ PERCENTUAL DE RISCO/ SITUAÇÃO	TOTAL EM 31/12/2020	PROVISÕES 31/12/2020	TOTAL EM 31/12/2019	PROVISÕES 31/12/2019
AA	1.175.864,20	-	892.024,78	-
A 0,5%	9.981.483,04	(49.908,53)	9.122.279,27	(45.612,29)
B 1%	2.274.544,66	(22.745,49)	1.650.746,21	(16.507,44)
C 3%	1.604.072,64	(48.122,27)	1.706.437,29	(51.193,29)
D 10%	514.536,41	(51.453,75)	465.694,44	(46.569,52)
E 30%	207.343,20	(62.202,93)	364.736,72	(109.421,05)
F 50%	96.564,90	(48.282,54)	105.459,95	(52.730,04)
G 70%	9.467,01	(6.626,92)	2.667,89	(1.867,53)
H 100%	310.419,12	(310.419,12)	890.436,61	(890.436,61)
TOTAL	16.174.295,18	(599.761,55)	15.200.483,16	(1.214.337,77)

(d) Referem-se a Pendências a Regularizar (R\$46.458,85), Pendências a Regularizar Bancoob (R\$170.700,44), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$263.868,53) e outros (R\$52.504,89);



16.4 - TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

Provisões constituídas considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Provisões Trabalhistas	366.968,57	129.242,95
Provisões Fiscais (a)	1.370.242,09	1.305.331,04
Outras Provisões	270.779,89	430.660,52
TOTAL	2.007.990,55	1.865.234,51

(a) Refere-se a provisão para: Pis (R\$126.671,12), Cofins (R\$709.539,31), Pis Folha (R\$534.031,66).

17 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Sicoob Credioeste opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e à prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.



18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	15.976.728,70	16.200.522,17
Associados	16.745	12.834

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 60%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 31 de julho de 2020, os cooperados deliberaram pela distribuição das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da seguinte forma: Reserva Legal (R\$ 510.089,31) e Fundo de Contingência (R\$ 100.000,00).

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Sobra/Perda líquida do exercício	3.981.062,88	1.525.223,29
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.981.062,88	1.525.223,29
Destinações estatutárias	(2.985.797,16)	(915.133,98)
Reserva legal – 60%	(2.388.637,73)	(762.611,65)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(398.106,29)	(152.522,33)
Fundo de Contingência 5%	(199.053,14)	
Sobra à disposição da Assembleia Geral	995.265,72	610.089,31

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

O Fundo de Contingência é um fundo voluntário, aprovado na Assembleia Geral Ordinária na data de 31 de julho de 2020, tem como finalidade a cobertura de despesas ou perdas sem cobertura de seguro, danos materiais, prejuízos por fraudes, furtos ou roubos nas dependências da cooperativa, indenizações cíveis ou trabalhistas e condenações judiciais.

19 - RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Resultado bruto de atos não cooperativos	1.297.363,02	1.021.284,25
Resultado não operacional	(64.049,74)	(198.371,19)
Resultado de atos não cooperativos antes do IR e CSLL	1.233.313,28	822.913,06
Imposto de Renda e CSLL	(509.463,60)	(309.304,56)
Resultado de atos não cooperativos antes das deduções	723.849,68	513.608,50
Dedução de Receitas originadas com associados	(748.952,91)	(796.955,51)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(25.102,23)	(283.347,01)

O resultado de atos não cooperativos, quando positivo, é direcionado para o FATES conforme artigo 87 da lei 5764/71.



20 - PAGAMENTO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130/09. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

21 - OUTRAS RECEITAS/INGRESSOS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2020	31/12/2020	2º SEM. 2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	76.464,48	113.043,46	15.200,56	151.098,71
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	672.303,95	1.055.930,84	312.489,76	512.859,80
Reversão de Provisão para Contingências	29.784,96	29.784,96	-	-
Reversão de Outras Provisões Operacionais	27.541,50	27.541,50	-	-
Dividendos Recebidos do Bancoob	-	18.064,59	-	36.799,79
Rendas de Cartões e Adquirência	505.123,98	1.162.216,03	618.797,53	1.160.610,99
Atualização de Depósitos Judiciais	6.885,62	16.633,44	34.639,85	34.639,85
Rendas de Repasses Interfinanceiros	55.270,33	128.244,93	63.092,47	155.486,79
Sobras Recebidas da Central	-	170.703,71	-	125.294,32
Juros ao Capital Recebidos da Central	154.544,99	154.544,99	189.147,81	189.147,81
Outras Receitas	185.748,55	206.998,68	30,80	78,91
TOTAL	1.713.668,36	3.083.707,13	1.233.398,78	2.366.016,97

22 - OUTRAS DESPESAS/DISPÊNDIOS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2020	31/12/2020	2º SEM. 2019	31/12/2019
Descontos Concedidos	(143.342,13)	(198.456,93)	(180.077,57)	(293.802,53)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(33.582,63)	(59.317,22)	(19.825,56)	(36.162,14)
Despesa com Tarifas	(4.651,30)	(8.724,82)	(3.753,46)	(5.361,66)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(148.942,86)	(263.557,58)	(96.790,92)	(169.534,66)
Contrib. ao Fundo Garantidor de Depósitos	(2.047,58)	(4.500,82)	(1.795,95)	(3.698,06)
Contrib. ao Fundo de Tecnologia da Informação	-	-	(83.697,98)	(165.472,94)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	(11.278,19)	(12.891,74)	-	-
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(16.352,46)	(26.309,44)	-	-
Outras Contribuições Diversas	(63.827,07)	(133.177,93)	(67.898,13)	(150.869,41)
Perdas - Fraudes Internas	-	-	(9.000,00)	(9.000,00)
Perdas - Fraudes Externas	(16.896,34)	(97.949,95)	(21.885,00)	(21.885,00)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(1.713,30)	(1.713,30)	-	-
Perdas - Práticas Inadequadas	-	(2.065,90)	(4.000,00)	(4.000,00)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(1.252,13)	(1.252,13)	(1,07)	(1,07)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	(6.457,93)	(18,36)	(773,26)
Outras Despesas Operacionais	(140.415,56)	(206.698,20)	(31.185,69)	(61.223,23)
TOTAL	(584.301,55)	(1.023.073,89)	(519.929,69)	(921.783,96)

23 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2020	31/12/2020	2º SEM. 2019	31/12/2019
Lucros em Transações com Valores e Bens	104.813,11	109.813,11	-	-
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(110.000,00)	(5.579,49)	(11.939,49)
Outras Receitas	118.362,54	183.125,16	19.598,09	36.899,79
Ganhos de Capital	1.331,89	14.925,14	19.598,09	36.899,79
Rendas de Aluguel	13.800,00	31.500,00	-	-
Outras Rendas Não Operacionais	103.230,65	136.700,02	-	-
Outras Despesas	(184.220,63)	(246.988,01)	(144.570,33)	(223.331,49)
Perdas de Capital	(3.893,21)	(11.123,91)	(42.421,99)	(45.053,99)
Despesas de Provisões Não Operacionais	(12.156,98)	(12.156,98)	-	-
Outras Despesas Não Operacionais	(168.170,44)	(223.707,12)	(102.148,34)	(178.277,50)
TOTAL	38.955,02	(64.049,74)	(130.551,73)	(198.371,19)





24 - RESULTADO NÃO RECORRENTE

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Para o exercício de 2020 não se aplica o resultado não recorrente.

25 - PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	VALORES	% EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL	PROVISÃO DE RISCO
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	233.925,74	0,10%	1.361,69
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.135.621,30	0,48%	4.858,52
TOTAL	1.369.547,04	0,58%	6.220,21
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	2.295.872,69	2,42%	



Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2020:

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	PCLD (PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA)	% DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL
Cheque Especial	4.014,12	25,25	0%
Conta Garantida	0,27	0,00	0%
Direitos Creditórios Descontados	647.512,21	3.356,12	2%
Empréstimos	434.729,23	3.167,23	1%
Financiamentos	95.517,29	702,13	1%

NATUREZA DOS DEPÓSITOS	VALOR DO DEPÓSITO	% EM RELAÇÃO À CARTEIRA TOTAL	TAXA MÉDIA - %
Depósitos a Vista	343.352,27	0,39%	0%
Depósitos a Prazo	691.810,98	0,88%	0,16%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	835.202,02	33,93%	0,16%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração média aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do Sicoob Credioeste.

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS MÉDIA APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS A.M.
Direitos Creditórios Descontados	1,25%
Empréstimos	1,81%
Financiamentos Rurais - repasses	1,01%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,32%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	89,39%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,63%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.



PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020

Empréstimos e Financiamentos	0,48%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,03%
Credito Rural (modalidades)	0,45%
Aplicações Financeiras	2,42%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	GARANTIAS PRESTADAS
Conta Corrente	1.950,66
Crédito Rural	689.086,16
Empréstimo	626.826,11
Financiamento	474.613,95



As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

AS COBRIGAÇÕES PRESTADAS A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)

Saldo em 31/12/2020	426.747,71
Saldo em 31/12/2019	805.590,26

No exercício de 2020, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	31/12/2020
Honorários	(729.324,38)
Conselho de Administração	(436.970,63)
Conselho Fiscal	(84.116,74)
Gratificações da Administração	(95.067,14)
Outras Despesas da Administração	(4.916,53)
FGTS Diretoria	(82.972,56)
INSS Diretoria/Conselhos	(256.159,91)
Plano de Saúde	(6.822,09)
TOTAL	(1.696.349,98)

26 - COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA.

O Sicoob Credioeste em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Crediminas, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O Sicoob Central Crediminas é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob Central Crediminas a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos



voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O Sicoob Credioeste responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central Crediminas perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Crediminas:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa - Centralização Financeira (nota 4)	104.594.669,94	69.934.154,68
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	5.801.807,11	5.572.270,16

As demonstrações contábeis do Sicoob Central Crediminas, em 30 de junho de 2020, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 26 de agosto de 2020, com opinião sem modificação.

27 - GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob – CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

27.1 - RISCO OPERACIONAL

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

27.2 RISCOS DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

27.3 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

27.4 - RISCO DE CRÉDITO E RISCO SOCIOAMBIENTAL

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.



O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

27.5 - GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

28 - COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 16.174.295,18 (31/12/2019 - R\$ 15.200.483,16), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

29 - SEGUROS CONTRATADOS

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. ÍNDICE DE BASILÉIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades. Em 31/12/2020, o Patrimônio de Referência (PR) do Sicoob Credioeste estava em conformidade.

31 - PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

DESCRIÇÃO	2020		2019	
	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	DEPÓSITOS JUDICIAIS	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	DEPÓSITOS JUDICIAIS
PIS	126.671,12	126.671,12	125.571,69	125.571,69
PIS FOLHA	534.031,66	528.591,95	476.385,43	471.039,72
COFINS	709.539,31	709.539,31	703.373,92	703.373,92
Trabalhistas	366.968,57	38.998,69	129.242,95	101.123,29
Outras contingências	270.779,89	-	430.660,52	190.255,02
TOTAL	2.007.990,55	1.403.801,07	1.865.234,51	1.591.363,64

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob Credioeste existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ R\$ 870.550,50.



30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores, na modalidade Multi Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2020 totalizaram R\$ 64.097,86.

Abaeté, MG, 22 de fevereiro de 2021.

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aloísio Lucas Pereira

DIRETOR DE GESTÃO DE RISCOS

Artur José de Andrade

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Luiz Carlos Morato de Oliveira

DIRETOR DE NEGÓCIOS

Sergio Henrique Teixeira da Silva

CONTADOR – CRC N°: 082.177

Elaine Cristina Neto





RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito Credioeste Ltda. - SICCOB CREDIOESTE

Abaeté/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Credioeste Ltda. - SICCOB CREDIOESTE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICCOB CREDIOESTE em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e

não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 05 de março de 2021.



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC 90.766
CNAI 2994





PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Credioeste Ltda. – SICOOB CREDIOESTE, reunido em 11/03/2021, em cumprimento do art. 89 inciso “IV”, do Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Credioeste Ltda. – SICOOB CREDIOESTE, em 31 de dezembro de 2020.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária, das contas apresentadas pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva, referente ao período de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Abaeté, 11 de março de 2021.

José Cirilo Magalhães
Coordenador

Luiz Antônio Noronha da Silva
Secretário

Wellerson Rodrigo A. de Faria
Conselheiro



sicoobcredioeste.com.br/

RELATÓRIO ANUAL 2020



facebook.com/SicoobCredioeste



instagram.com/SicoobCredioeste

